



ESPECIAL MULHERES

O século das mulheres

IMAGE: KIPPER

O século 20 pode ser considerado um século paradoxal em relação às mulheres. De um lado, foi palco de verdadeiras revoluções no campo das diferenças entre homens e mulheres, com a entrada desta no mercado de trabalho, no mundo político e com avanços no plano da igualdade de direitos. De outro, o século assistiu à sobrevivência de velhos ranços discriminatórios em relação às mulheres, como as diferenças salariais, as diversas formas de violência e subjugação e a manutenção de uma visão predominantemente masculina de ver o mundo.

por **Maria Ester de Freitas** FGV-EAESP

O século 20 já foi batizado com muitos rótulos. Entre alguns mais comuns no mundo acadêmico encontramos o de século mais assassino da história humana, de acordo com o historiador inglês J. Hobsbawn. Ou então como o século das inquietudes e do domínio do dinheiro, de

acordo com o sociólogo francês E. Enriquez. Ou ainda, de acordo com o filósofo francês C. Castoriadis, o século 20 foi aquele em que houve o triunfo da ciência. Mas poderíamos acrescentar a essa lista um outro rótulo: de fato, o século 20 foi também o século das mulheres.

Século das mulheres porque uma revolução silenciosa, mas intensa, transformou radicalmente as condições de vida das mulheres. Uma revolução sem partidos e sem grandes bases teóricas. Ainda assim, ela mudou a face da sociedade humana e trouxe conseqüências expressivas nas

A idéia de um feminismo rançoso, rancoroso e vingativo é muito mais um produto da ignorância, do medo, da desqualificação ou da simples má-fé por parte de certos atores sociais do que a expressão concreta e objetiva da luta travada em favor dos direitos da mulher.

esferas da vida familiar e da vida social e cultural dos povos, questionando suas tradições, seus modos e costumes. Veremos neste artigo que, de todas as grandes mudanças ocorridas no século passado, a patrocinada pelas mulheres é talvez a que tenha deixado um rastro de impactos mais profundos e duradouros na forma de viver da sociedade contemporânea.

Um século de conquistas. O percurso percorrido desde os discursos das primeiras anarquistas francesas, como os de Marie Huot (1892), Nelly Roussel (1907) e Madeleine Pelletier (1911), até a recente eleição da médica socialista chilena Michelle Bachelet é marcado por notáveis avanços na inserção das mulheres nos processos sociais. Destaquem-se os relacionados com o mundo da família, da educação e do trabalho remunerado.

Muitas das questões levantadas pelas primeiras vozes feministas continuam a fazer parte da pauta de reivindicações atuais, porém existe uma distância abissal entre a condição da mulher daquela época e a de hoje, em todos os países do mundo. Em alguns, os avanços foram maiores e mais rápidos, mas não se pode negar que, mesmo nas sociedades mais tradicio-

nais e ultraconservadoras, ocorreram mudanças sensíveis na forma de a mulher ver-se e de buscar o reconhecimento social, cultural, profissional e político que merece.

Alguns exemplos recentes ilustram essas grandes mudanças. A eleição de uma mulher para presidente da Libéria, a abolição obrigatória do uso da burka no Afeganistão, apesar da guerra, ou mesmo a proliferação mundial de entidades e organizações não-governamentais contra a violência doméstica e social à semelhança da ONG francesa “Ni soumises ni putes”, que defende as filhas de imigrantes mulçumanos nascidas na França e que desejam se integrar à cultura local.

Poligamia, mutilações físicas e psíquicas, apedrejamentos, casamentos forçados e outras imposições em nome da cultura de origem e sempre acatadas como de natureza privada são hoje entendidas, na maioria dos países, como dizendo respeito às cidadãs privadas de sua liberdade individual e à sociedade como um todo, que deve protegê-las. Não se pode falar aqui em situações ideais e em processos já concluídos de reconhecimento social múltiplo, mas

podemos falar de avanços e conquistas sociais que são facilmente constatados se comparados à condição silenciosa e impotente vivida por essas mulheres há apenas alguns anos.

Reverendo o feminismo. A idéia de um feminismo rançoso, rancoroso e vingativo é muito mais um produto da ignorância, do medo, da desqualificação ou da simples má-fé por parte de certos atores sociais do que a expressão concreta e objetiva da luta travada em favor dos direitos da mulher. Tanto no final do século 19 como no começo do século 20, e mesmo no âmago dos movimentos sociais dos anos de 1960, as reivindicações essenciais do feminismo sempre foram no sentido de questionar o padrão social que privava a mulher dos seus direitos, embora integre uma sociedade onde colabora tanto quanto o homem.

As anarquistas francesas citadas anteriormente perceberam bem que era enquanto fazedoras de filhos que as mulheres eram submetidas a um poder que lhes oprimia em função de suas características biológicas. Essa percepção era tão profundamente compartilhada que elas convocaram uma “greve dos ventres”.

Vejam alguns dos argumentos sustentados pela escritora e conferencista Nelly Roussel, em artigo no jornal *Voix des Femmes* de maio de 1920 e que ainda guardam a sua atualidade:

O que é o feminismo? Uns, apesar da evidência, se obstinam em vê-lo apenas como uma masculiniza-

ção da mulher, uma cópia grotesca e servil do homem feita pela sua companheira invejosa. Outros crêem descobrir nas nossas doutrinas uma tendência inquietante a inverter seus papéis, a substituir a dominação masculina, da qual reclamamos, por uma dominação feminina, também injusta, também abusiva, e a reduzir à escravidão os 'senhores e mestres' de hoje.

A primeira dessas concepções é, da parte dos homens, no mínimo pretensiosa. Não temos por esses senhores uma admiração assim tão profunda que nos faça querer assemelhá-los. Preferimos ser nós mesmas. Aspiramos a algo mais que o papel de imitadoras. A segunda concepção nos empresta desejos de revanche que nos são, além de estranhos, desajeitados. A experiência já nos ensinou que não é possível acordo entre o senhor e o servo. Quando uma parte da humanidade pretende dominar a outra e se crê com direitos sobre ela, a tirania e a revolta serão legítimas. Não aprovamos uma ginecocracia (governo das mulheres), da mesma forma que não aprovamos a sociedade ferozmente masculina de hoje. O feminismo, dizemos em alto e bom tom, proclama a equivalência natural e reivindica a igualdade social dos dois fatores do gênero humano. Objeta-se que eles são diferentes. Uma razão a mais para admitir-se que eles se complementam e que nenhum trabalho perfeito será possível sem a sua estreita colaboração. Dir-se-á, ainda, que a mulher é em razão de 'sua

natureza' inapta a certas funções. Diremos que todas as mulheres têm a mesma 'natureza' e que é preciso deixar a cada uma a livre escolha do que melhor lhe convém, pois ninguém no mundo melhor que ela para saber.

Os trabalhadores conscientes fazem greve quando são maltratados ou pisados. Não existem trabalhadores mais maltratados ou pisados que nós. Portanto não existe greve mais legítima e necessária que a nossa. Façamos, pois, a greve, camaradas! A greve dos ventres! (...) Não mais crianças para o capitalismo (...), nem para o militarismo (...), nem para a miséria, nem para a doença, nem para a servidão e nem para a morte.

Uma pseudo-inferioridade biológica, tão competentemente analisada por Simone de Beauvoir (1942) e Betty Friedan (1963), por exemplo, foi de longa data um argumento de grande peso na exclusão das mulheres do mercado de trabalho remunerado. Ignora-se porém que, quando se desenrolava a Segunda Guerra Mundial, os governos dos países envolvidos pediram às mulheres para assumir as fábricas e produzirem as roupas, as comidas e tudo aquilo necessário aos seus filhos, maridos, pais ou amantes que estavam lutando no *front* de batalha. Elas o fizeram e, assim, nenhum dos países envolvidos nos conflitos fechou as portas de suas fábricas por falta de mão-de-obra. Finda a guerra, foi impossível mandar de volta essas mulheres para apenas pilotar os seus fogões, como se nada tivesse aconte-

cido. O filme *O sorriso de Monalisa* ilustra a tentativa ideológica de glamourização do universo doméstico como a opção natural para as "mulheres de bem", dando voz a um discurso social dirigido às filhas daquelas que atenderam ao chamado emergencial para ocupar as fábricas.

Os movimentos dos anos de 1960, mal-encaminhados na opinião de alguns e não na de algumas, tiveram a mulher como um de seus principais eixos temáticos quando questionaram os valores opressivos da sociedade e recolocaram a questão do corpo e da sexualidade como pontos fundamentais. O direito aos estudos e ao trabalho foi temperado pela defesa do direito ao sexo prazeroso e não apenas reprodutivo. Era, de novo, o padrão das relações na família, no trabalho, na religião e na sociedade civil que estava sendo questionado.

Penso que o estava em jogo era fundamentalmente o reconhecimento político de um segmento que há muito se via excluído ou marginalizado como "minorias" incapazes. Uma minoria não é necessariamente uma questão numérica, dado que as mulheres representam um percentual ligeiramente maior que a metade da população humana. Uma minoria é "um outro" diferente, é o "fora do padrão", nos lembra Enriquez, que também nos diz que as mulheres são o protótipo da alteridade por trazerem em si a própria diferença do padrão; são também elas que têm o poder de engendrar a existência das gerações futuras e, nesse sentido, vale ressaltar a grande perspicácia da fala de Roussel sobre a negligência no re-

Homens casados e com filhos ganham mais e têm maiores chances no mercado profissional, inclusive o mais qualificado, ao passo que, para as mulheres, isso só ocorre no caso de serem solteiras e sozinhas.

conhecimento do papel social fundamental dos ventres. É em nome desses ventres que acredito fortemente que a noção de sustentabilidade, tão cara nos dias de hoje e tão superficialmente definida, é uma noção do feminino, que se preocupa com as gerações, cuidando das crianças e também dos idosos.

As mulheres e o trabalho. A “invasão” das mulheres no mercado de trabalho foi também facilitada pelo contexto de crise econômica vivida em alguns países a partir da metade dos anos de 1970. Se, por um lado, elas disputaram os postos de trabalho com os homens, por outro assumiram também sua parte nos orçamentos familiares. O aumento substancial do número de divórcios fez com que a mulher assumisse em alguns casos, integralmente, a responsabilidade pela família e a formação das crianças. No caso brasileiro, o IBGE aponta que, do total de lares, entre 30% e 40% são providos unicamente pelo trabalho feminino.

As mulheres descobriram também que o trabalho não é apenas um fator econômico, mas um elemento gerador de auto-estima, de desenvolvimento intelectual, articulador de relações e de vínculos sociais, de provedor de parte da identidade indivi-

dual e mesmo de facilitador de acessos a seus direitos como a cidadã que é. Hoje em dia, na maior parte dos lares no mundo, o salário da mulher não é uma opção ou um supérfluo, mas uma necessidade.

A organização do trabalho foi profundamente alterada nas últimas décadas. E entre essas mudanças podemos assinalar o uso intensivo de técnicas poupadoras de força física e sobretudo uma progressiva transferência do papel econômico da indústria para o setor de serviços, disso resultando a substituição da força física pela capacidade intelectual. A diferença muscular entre homens e mulheres foi dessa forma anulada.

Não se pode deixar de reconhecer que o gigantesco salto da participação feminina nos bancos escolares e universitários nos últimos anos é também um fator de enorme relevância na sua maior inserção no mercado profissional, que hoje exige uma qualificação cada vez mais crescente. Em todos os países do mundo, as mulheres têm buscado o caminho dos estudos e têm conseguido, com paciência e determinação, ultrapassar barreiras em muitas áreas de conhecimento até ontem consideradas como redutos privados e exclusivos de seus colegas homens.

O outro lado da revolução.

Neste ponto o leitor deve estar se interrogando se todas as transformações positivas apontadas anteriormente significam que tudo está bem resolvido no campo das diferenças entre homens e mulheres. Infelizmente, a resposta é: certamente que não. Especialmente em sociedades autoritárias, como é o caso da brasileira, ainda persistem muitas desigualdades cruéis.

Viu-se recentemente no Fórum Econômico Mundial, em Davos, o lançamento de uma pesquisa realizada sobre a diferença no exercício dos direitos entre homens e mulheres em 58 países, na qual o Brasil figura no vergonhoso 51º lugar. No quesito participação política das mulheres, o Brasil é o penúltimo da lista, perdendo apenas para a Jordânia. Apesar de as mulheres representarem 50,48% do eleitorado brasileiro, sua participação no Legislativo é de apenas 11,54%, sendo esse o maior índice nos três poderes (embora 52,14% dos servidores públicos sejam mulheres, elas estão em cargos de baixa hierarquia; nos altos cargos a percentagem era, em 2001, de somente 5,71%).

Não apenas o acesso aos cargos eletivos é extremamente fraco e pouco representativo das demandas do eleitorado feminino como permanecem as desigualdades salariais entre homens e mulheres que executam o mesmo trabalho ou estão na mesma posição hierárquica. Estudo recente, feito pelo Unifem – Fundo do Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher –, mostra uma bem-vinda

melhoria na queda dessa desigualdade. Em 1992 os homens ganhavam 50% mais que as mulheres e em 2002 essa diferença caiu para 30%. Para agravar o quadro, as mulheres ainda são as vítimas preferenciais de perversidades e violências domésticas e organizacionais, como na maioria dos casos de assédios sexual e moral, bem como objeto de avaliações injustas e diferenciadas em relação ao mesmo critério no mundo do trabalho.

Homens casados e com filhos ganham mais e têm maiores chances no mercado profissional, inclusive o mais qualificado, ao passo que, para as mulheres, isso só ocorre no caso de serem solteiras e sozinhas. Ou seja, aos homens é permitido constituir uma família e as empresas reconhecem esse direito. Todavia as mulheres são penalizadas quando ousam praticá-lo. São cada vez mais alarmantes os números mundiais de mulheres que constituem a já chamada hoje de “família unipessoal” ou “a família do eu sozinha”.

Podemos levantar a hipótese de que esse novo fenômeno seja mais do que uma mera opção pessoal pelo celibato, fato que justifica maiores estudos. Por exemplo, sobre os custos sociais da conjugabilidade, do qual fala a pesquisadora Lavinas, em estudo feito em 2005, sobre arranjos familiares e trabalho no Brasil. Quando sozinhas, as mulheres conseguem não apenas melhores salários como melhores empregos. E, ainda, em pior situação estão as mulheres negras, que são penalizadas por discriminações múltiplas e simultâneas.

O fim do sexo frágil. O princípio androcêntrico (centrado nos homens) desloca alguns atributos que são próprios dos seres humanos para uma conta de atributos identificados apenas ao sexo masculino, como se autocontrole, racionalidade, coragem, liderança, autonomia, independência, força de vontade, determinação e assumir riscos fossem qualidades exclusivas dos homens. Subjacente a essa lógica está a aceitação acrítica da idéia de que o feminino é mau e inadequado ao passo que o masculino é bom e pertinente, sem falar nas premissas condescendentes com relação a uma inferioridade feminina, traduzida em expressões e frases tais como “sexo frágil”, “a beleza torna desnecessária a inteligência”, “docinho”, “não esqueça a sua cabecinha linda”, “as feias e mal-amadas” e “ela é tão competente para uma mulher”.

No meu entender, todas essas pendências reforçam o meu argumento de que a revolução das mulheres foi e continua a ser feita, pois falta ainda traduzir em práticas e políticas sociais muitas das respostas para cuidar de situações individuais e sociais penosas, tais como a luta contra a prostituição de toda espécie e o turismo sexual, o igual acesso aos cargos eletivos, a igualdade dos salários e o apoio social nos cuidados à infância e à velhice, geralmente encargos assumidos pessoalmente e com culpa pelas mulheres.

Temos ainda muito a percorrer, mas não podemos desmerecer o que foi feito até aqui. Com alegria podemos assistir ao progressivo surgimento de diferentes organizações que tra-

zem a marca da solidariedade e do respeito não apenas às questões femininas, mas às questões humanas, negligenciadas por uma gestão do social que não tem contemplado a igualdade de oportunidades como um conceito político de base que reconheça a cidadania em toda a sua plenitude. Que possamos todos nós, a cada 8 de Março, comemorar novas conquistas não só para as mulheres apenas, mas para as sociedades da qual fazemos parte.

Ganham todos, homens e mulheres, em seu estado de crianças, jovens, adultos e idosos, quando a sociedade reduz as injustiças e as discriminações de todo tipo, construindo mecanismos de proteção aos direitos que cada um merece como parte dessa sociedade. Nessa luta, que é constante e à qual devemos ficar atentos, o inimigo nunca se definiu e nem se define por seu sexo, mas pelo nível de ignorância, preconceito, intolerância e indigência moral do qual foi ou é portador. É, pois, em uma guerra de todos contra esses elementos que se constituirá o desenho de uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais humana, na qual valerá a pena viver. Por esta única guerra, as mulheres certamente têm sempre votado a favor.

Maria Ester de Freitas

Profa. Titular do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da FGV-EAESP

Doutora em Administração de Empresas pela EAESP/FGV

Pós-doutora em Administração Intercultural pela HEC/França

E-mail: mfreitas@fgvsp.br